

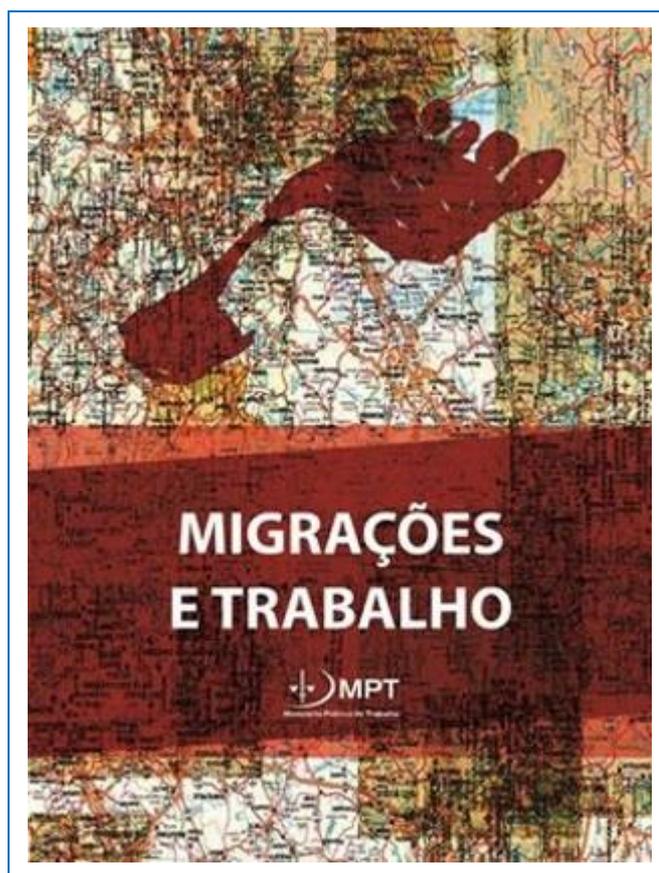
## Resenha do livro “Migrações e trabalho”

PRADO, Eran José Peixoto do; COELHO, Renata. (Orgs.) **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

*Autor da resenha*

**Rubens Staloch**

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental na Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Professor do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC e da Univ. do Estado de Santa Catarina – UDESC.  
Brasil  
rubens.staloch@udesc.br



**Para citar esta resenha:**

STALOCH, Rubens. Resenha do livro “Migrações e trabalho”. *Revista PerCursos*. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 315 - 323, jan./abr. 2017.

**DOI: 10.5965/1984724618362017315**

<http://dx.doi.org/10.5965/1984724618362017315>

O livro “Migrações e trabalho”, dos organizadores Erlan José Peixoto do Prado e Renata Coelho, resultante das palestras e debates do Simpósio Internacional Migrações e Trabalho, realizado em Brasília em 26 e 27 de março de 2014, promovido pelo Ministério Público do Trabalho – MPT, está estruturado em três seções com textos de diferentes autores, cujos enfoques estão nas perspectivas das migrações, trabalho e direitos humanos. Foi prefaciado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, pontuando a importância do debate sobre os temas migrações internacionais, trabalho e direitos humanos. Enfatiza ainda que o Ministério Público do Trabalho – MPT – tem muito interesse em estabelecer debates sobre o assunto em questão.

Posto isto, a primeira seção “Migrações: marcos legais, aspectos econômicos, políticos e sociais” apresenta-se em cinco textos.

1º - “O Brasil e a migração internacional no século XXI – notas introdutórias”, de Duval Fernandes. Descrevem-se momentos distintos da história migratória do Brasil, caracterizada por fatores de atração e/ou repulsão, privilegiando imigração ou emigração. Destaca novos fluxos migratórios para o Brasil, sobretudo de haitianos, iniciados, em grande parte, após o terremoto que assolou o Haiti em 2010. O autor coloca uma “visão do futuro” no emaranhado de fluxos migratórios no mundo globalizado, com a participação crescente dos organismos internacionais com os quais o país deve dialogar e negociar, requerer respeito aos direitos humanos e crescente inserção dos novos imigrados em políticas sociais (oficiais) no Brasil.

2º - “Marcos legais e políticas migratórias no Brasil”, de autoria de Marcia Anita Sprandel. A autora relata que o Brasil nem sempre foi um país aberto aos imigrantes, muito pelo contrário, as políticas e leis de imigração, até meados do século XX, eram restritivas, privilegiando imigrantes europeus brancos. Ao longo do texto, ela levanta uma discussão sobre as legislações vigentes no país bem como as propostas de emendas à Constituição no que tange aos aspectos legais e de direitos humanos para imigrantes no país. Para a autora, as propostas de alteração na Constituição Federal são positivas, buscando ampliar os direitos políticos de brasileiros no exterior e de cidadãos de outros países que vivem no Brasil. Como exemplo, se pode citar a Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) nº 25, de 2012, de autoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), que “Altera os arts. 5º, 12 e 14 da Constituição Federal para estender aos estrangeiros direitos inerentes aos brasileiros e conferir aos estrangeiros com residência permanente no país capacidade eleitoral ativa e passiva nas eleições municipais e a PEC nº 436, de 2009, do Deputado Manoel Junior (PMDB/PB), que “Acrescenta § 3º ao art. 45 da Constituição Federal para conceder aos brasileiros residentes no exterior o direito de eleger seus representantes à Câmara dos Deputados”.

3º - “Formulação legal e políticas públicas no trato das migrações nacionais e internacionais”, de autoria de Carmem Lussi. Através da análise de questionários aplicados em 175 instituições do setor público e da sociedade civil, enfatiza as migrações internacionais na perspectiva dos direitos humanos e as principais prioridades apontadas pelos atores que participam do processo. Como premissa, coloca que os fluxos migratórios internacionais, no caso do Brasil, ainda são pouco conhecidos. Porém, é imprescindível o papel dos migrantes na interpretação da realidade e dos desafios que as migrações apresentam às políticas públicas. As maiores dificuldades para que políticas públicas sejam implementadas, no que tange aos fluxos migratórios, de acordo com o projeto intitulado “Promoção de direitos na política migratória brasileira” são: i) a legislação, que está desatualizada, e encara os imigrantes como ameaça ao país; ii) a retórica, marcada por um eufemismo que nega as muitas formas de discriminação, desigualdades e conflitos relacionados com as diferenças culturais no país. É retórica porque mostramos ser um país acolhedor, onde todos são bem-vindos e onde ninguém é excluído nem sofre por ter características fenotípicas ou origem diferente, porém, de acordo com a autora, esse discurso não corresponde à prática.; iii) a temática migratória é nova para as políticas públicas no Brasil; iv) criminalização da migração, sendo esta um desafio a ser superado mediante políticas públicas que levem em consideração os Direitos Humanos, sobretudo no que diz respeito à imigração; e v) migratização, que tem a ver com o fato de que a migração é um indicador social e político da situação em que se encontra um povo ou uma comunidade, pois a peculiaridade da condição migratória forja a realidade e coloca em mostra pontos fracos e incongruências do sistema de proteção social, da capacidade de respostas aos desafios, da efetividade dos sistemas de

prevenção de riscos em temas sociais, culturais, de saúde ou na criminalidade, entre outros. O documento ainda cita algumas prioridades, tais como desenvolver melhor governança, potencializar a capacidade da máquina pública de assegurar serviços básicos aos migrantes e incluir a mobilidade humana internacional na construção de um modelo de convivência intercultural coerente com a pluralidade que marcou o passado e se amplia atualmente. A autora finaliza o texto enfatizando que espera que a reforma da legislação migratória e a construção de um novo marco jurídico e institucional adequado e inovador possa acontecer sem delongas.

4º - “A questão migratória no mundo globalizado – brasileiros no exterior, a emigração e o retorno”, de Eduardo dos Santos. O autor faz uma breve explanação histórica sobre os fluxos migratórios brasileiros. Aborda também a atuação do Consulado brasileiro (em atividades clássicas e de “segunda geração”) no apoio aos imigrantes dos mais diversos países do mundo. O texto segue apontando quais são os principais problemas enfrentados pelos emigrantes brasileiros e também no seu retorno ao país, bem como aponta os temas que envolvem as ações mais pontuais do Itamaraty sobre eles: status migratório irregular; direitos trabalhistas no país de acolhimento; Previdência Social, baixo grau de educação formal, o que dificulta a obtenção de postos melhores no mercado de trabalho do país de residência; saque do FGTS no exterior e dificuldades no retorno ao Brasil. O autor conclui o texto colocando que há, de acordo com dados do Consulado Brasileiro, uma redução de 20% no número de brasileiros residentes no exterior e, sendo assim, há uma forte tendência dos cidadãos brasileiros de retornarem ao país de forma definitiva.

5º - “Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais”, de Rosana Baeninger. No texto, a autora demonstra os desafios para as migrações internacionais no século XXI. Para ela, as evidências empíricas das migrações internacionais para e do país demonstram a complexidade e heterogeneidade da imigração internacional neste século: de haitianos, chineses, coreanos, bolivianos, peruanos, paraguaios, imigrantes internacionais qualificados, imigrantes internacionais indocumentados, imigrantes refugiados. Dessa maneira, o desafio concentra-se no

debate sobre migração e desenvolvimento, enfatizando que se faz necessária uma governança das migrações internacionais.

Na segunda seção do livro, intitulada “Migrações, Direitos Humanos e mundo do trabalho”, são apresentados quatro textos.

1º - “A vulnerabilidade do migrante trabalhador como instrumento para o tráfico de pessoas e o trabalho escravo”, de Marcelo Colombo. O autor tece algumas considerações a respeito do tráfico de pessoas, a partir da experiência argentina, e tenta relacionar esse fenômeno ao Direito do Trabalho, à exploração do trabalho e à condição do migrante nesse contexto. O texto quer demonstrar, a partir de decisões judiciais (jurisprudenciais), controvérsias sobre o que é trabalho escravo e o que vem a ser uma relação de trabalho abusiva, que possa ser corrigida pelas regras do Direito do Trabalho. Porém, para o autor, o tráfico de pessoas e a exploração laboral constituem, acima de tudo, uma problemática de Direito Social e não Penal.

2º - “O papel do Estado e das organizações sociais na preservação dos Direitos Humanos do trabalhador migrante”, de Nicola Vetrano. O autor aborda a perspectiva Italiana e europeia no que tange aos direitos das pessoas migrantes; faz uma pergunta e tenta respondê-la ao longo do trabalho: Quem são os migrantes de hoje? Centra-se sua resposta no processo de acumulação do capital em escala mundial. Finaliza dizendo que a Europa, no tocante à migração, não é um exemplo a ser seguido no que tange à acolhida aos imigrantes, pois em muitos casos, os governos são xenofóbicos em suas ações.

3º - “Las políticas migratorias regionales y los derechos de los trabajadores: perspectivas y desafío”, de autoria de Nora Pérez Vichich, aborda o avanço da América do Sul para a integração regional (como, por exemplo, fixando o acordo de livre circulação) nas dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais. Esta integração acaba dando identidade à região [la construcción de la ciudadanía suramericana] como um objetivo principal, frente aos países desenvolvidos e encarados como hegemônicos. A modo de conclusão, a autora afirma que as políticas migratórias que a região sul-americana sustenta são claramente opostas àquelas aplicadas pelos países desenvolvidos e coloca o

migrante como um sujeito das políticas e das normas, fundamentadas nos direitos humanos.

4º - “La inmigración y la trata de personas cara a cada com la adversidade y los Derechos Humanos: xenofobia, discriminación, exploración sexual, trabajo esclavo y precarización laboral”, de David Sánchez Rubio. Primeiramente, o autor destaca que as questões sobre migração colocam à prova a capacidade de os seres humanos serem solidários e, de certa maneira, coerentes para tratar os semelhantes com dignidade. Evidencia um paradoxo do discurso universalista dos direitos humanos, em um plano teórico, em que na prática não acontece de fato o que o autor chama de “Bipolaridade dicotômica, dualista e excludente”, beneficiando os interesses de uns poucos, em uma sociedade capitalista. Em seguida, são apresentadas três hipóteses de trabalho sobre uma estrutura social desigual e assimétrica prévia, que perpassam por i) como os estados nacionais do Ocidente, que são destinatários da imigração irregular e precária, gerem e administram a entrada de imigrantes, ii) como pessoas migram com fins de trabalho escravo ou de outras formas de trabalho análogas à escravidão, à exploração de trabalho e à prostituição como consequência da dinâmica do sistema capitalista e também de sua lógica de funcionamento lucrativa e instrumental; iii) conceito geral de direitos humanos e sua relação com trabalho escravo, prostituição, migração irregular. Em seguida, o autor se preocupa em descrever de que maneira as racionalidades econômica e de mercado, próprias de nossas sociedades, junto com a cultura patriarcal, contribuem não apenas para limitar o reconhecimento dos direitos dos migrantes, mas também, dificultam a luta contra o trabalho escravo e a prostituição forçada. Para o autor, é preciso medidas em rede, multiescalares e que compreendam a complexidade dos fatores envolvidos, que visam resolver problemas da racionalidade científica, econômica e patriarcal.

Na terceira e última seção do livro, são apresentados quatro textos.

1º - “Inserção social e produtiva dos haitianos em Manaus”, de Sidney Antônio da Silva, mostra a relação entre migração e trabalho com base no caso dos haitianos em Manaus. A chegada destes haitianos se iniciou em 2010, principalmente homens, e foi tomada inicialmente como passageira, pois o destino final relatado era outro; em grande

parte para o Sudeste e o Sul do Brasil, por ofertas de melhores salários. Aqueles que permanecem em Manaus trabalham, sobretudo, na construção civil, comércio e serviços. Um dos desafios é combater a exploração da mão de obra. Ao final do texto, o autor relata os desafios à inserção sociocultural destes haitianos, não apenas com a concessão de vistos permanentes, mas também lhes dando direito ao trabalho, à saúde, à educação, à moradia, à livre associação e expressão de seus valores culturais. Desta forma, o autor elenca uma série de possíveis políticas públicas e ações a serem desempenhadas por diferentes instituições para que se possa atingir a inclusão sociocultural, ou seja, para que sejam considerados cidadãos de fato.

2º - “A sociedade civil na atenção aos imigrantes e refugiados – O agir do IMDH”, de Rosita Milesi e William Cesar de Andrade, descreve a atuação do Instituto Migrações e Direitos Humanos – IMDH. Rosita Milesi é Diretora do IMDH e William C. de Andrade é Consultor do mesmo Instituto. Os autores iniciam o texto colocando que o trabalho é dimensão importante na vida do migrante bem como a promoção dos seus direitos, sua proteção e respeito como trabalhador. A proposta do Instituto é trabalhar em rede, atuando sobre a percepção da realidade social vivenciada por migrantes de modo a construir acolhimento e na defesa de direitos de pessoas que foram forçadas a migrar, como mulheres e homens refugiados, além de também contribuir para o processo de formulação e implementação de políticas públicas. De acordo com os autores, em 2013, foram atendidos aproximadamente 2000 migrantes; a maior parte desses migrantes são do sexo masculino e mais de 90% deles estão em faixas etárias entre 18-59 anos (o que também se verifica para o sexo feminino). Outra ação desenvolvida pela instituição é promover a participação dos migrantes no processo de diagnóstico de suas necessidades e, também, promover auxílio aos migrantes brasileiros retornados. Finalizam o texto colocando que o IMDH, bem como demais instituições da sociedade civil, ao atuarem em rede, desempenham papel relevante no cotidiano dos migrantes e refugiados.

3º - “Conflito intragrupal na imigração internacional no Brasil: análise comparativa sobre a imigração boliviana e a imigração haitiana de estudantes”, de Szilvia Simai e Rosana Baeninger. São analisadas as diferentes situações sociais em que estão envolvidos imigrantes bolivianos e haitianos. Demonstram o conflito intragrupal a partir da pesquisa

com dois grupos: os bolivianos na cidade de São Paulo e os haitianos, em Campinas. A pesquisa demonstrou que os imigrantes carregam traços da sociedade de origem que se redefinem ou se reafirmam na sociedade de destino, dependendo do grupo imigrante analisado. Os bolivianos têm um sentimento mais afetivo “fora do grupo” enquanto os haitianos relatam um sentimento “dentro do grupo”, remetendo-se constantemente ao seu local de origem, ou seja, estes demonstram um sentimento de afinidade mais forte com seu local de origem do que os bolivianos.

4º - “Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho”, de Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes. A autora relata a atuação do Ministério Público do Trabalho – MPT – na defesa da ordem jurídica e dos direitos humanos. Segundo ela, as principais atuações do MPT estão relacionadas ao: trabalho indocumentado; tráfico de pessoas para redução da condição escrava de trabalho; tráfico desportivo; exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes; aliciamento para trabalho em condições degradantes/de risco no exterior; trabalho na cadeia têxtil; trabalho em frigoríficos; trabalho na construção civil; trabalho doméstico e em condomínios residenciais; trabalho em embarcações e navios de cruzeiro e nacionalização do trabalho embarcado; trabalho dos haitianos. A autora coloca que o MPT está atuando para que todos os discursos teóricos sejam de fato colocados em prática. Finaliza o texto destacando que a atuação do MPT no Brasil é, sobretudo, de combate à discriminação.

Desta forma, o livro apresenta-se como uma forma de entender, em seus aspectos gerais e mais específicos, principalmente no contexto do trabalho e de direitos humanos, os fluxos migratórios internacionais e as ações desempenhadas pela sociedade brasileira no que tange ao assunto. As várias discussões, recomendações e reflexões apresentadas nos textos continuam válidas para o momento atual, 2017, tendo em vista que os fluxos migratórios são dinâmicos, não cessam de forma total; muito pelo contrário, são constantes [devido aos modos de produção existentes, às guerras, os conflitos, etc.]. Salienta-se que a ênfase está na migração internacional, sem qualquer texto sobre migrações internas no Brasil de forma mais aprofundada e, assim, o título talvez mais apropriado poderia versar sobre migrações internacionais, trabalho e direitos humanos.

Resenha do livro “Migrações e trabalho”  
Rubens Staloch

Recebida em: 12/03/2017  
Aprovada em: 30/03/2017

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  
**Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED**  
Revista *PerCursos*  
Volume 18 - Número 36 - Ano 2017  
revistapercursos@gmail.com